

A CONCORDÂNCIA E A FUNÇÃO COMUNICATIVA DA LINGUAGEM: UMA VISÃO ECOLINGUÍSTICA¹

Hildo Honório do Couto
Universidade de Brasília
hiho@unb.br

RESUMO:

O principal objetivo deste artigo é defender a tese de que, para a visão interacionista da linguagem, a chamada concordância só é necessária em línguas de posição livre dos constituintes da oração, como o latim. Em línguas de posição fixa, como o inglês, o francês e o português, a flexão/concordância é desnecessária para o entendimento. Tanto que em situações de crise, como contato e aquisição de línguas ou de variação, bem como de relaxamento da pressão normativa, a flexão/concordância tende a não existir, como ocorre nos dialetos rurais e populares do português brasileiro. Exemplos de outras línguas são trazidos à baila para provar essa tese.

PALAVRAS-CHAVE: Concordância, variação linguística, interação comunicativa.

ABSTRACT:

The main objective of this article is to defend the thesis that, for the interactionist view of language, the so-called concord or agreement is indispensable only in languages with a fixed position of the constituents of the phrase, as is the case of Latin. In fixed-position languages – like English, French and Portuguese – inflexion/agreement is dispensable for understanding. So much so that situations of crisis – language contact/acquisition/variation as well as relaxing of normative pressure – this inflexion/agreement tends to be absent, as can be seen in rural and popular dialects of Brazilian Portuguese. Examples from other languages will be given in order to reinforce the thesis.

KEY WORDS: Agreement/concord, linguistic variation, communicative interaction.

1 Gostaria de agradecer os comentários que Marta Scherre fez a este texto. Embora discordando em alguns pontos, eles fizeram com que ele melhorasse consideravelmente. No entanto, a responsabilidade pelo conteúdo é inteiramente minha.

Introdução

A concordância, sobretudo a concordância em número, sempre foi problemática no português brasileiro, bem como em muitas outras línguas que a têm. Felizmente, as investigações de Anthony Naro e Marta Scherre, entre outros, têm trazido à baila muitas questões antes ignoradas. De certa forma, eles têm feito uma espécie de psicanálise linguística, desmascarando muita crença infundada sobre o como falamos. Eu já ouvi de diversos professores de português jurando de pés juntos que fazem todas as concordâncias exigidas pela norma padrão brasileira. Certa feita pedi a uma aluna bolsista minha que gravasse uma palestra que proferi na universidade em que trabalho, uma vez que pretendia transformá-la em artigo. Qual não foi minha surpresa ao vê-la transcrita! Havia diversas ausências de concordância, entre outros fenômenos não aceitos pela norma dita culta.

Meu objetivo neste artigo é tentar dar um passo além do que esses dois pesquisadores conseguiram juntamente com colaboradores e alunos. Eles mostraram a mecânica da concordância e de sua ausência, de maneira convincente. O que eu pretendo fazer é procurar **causas** para a ausência de concordância, fato que eles não investigaram. Entre outras coisas, defendo a tese de que, nas línguas em que os constituintes da oração têm posição fixa, essa posição já indica as funções sintáticas. Com isso, a concordância passa a ser redundante. O que é mais, concordância plena costuma ocorrer só na variedade padrão da língua, por ser normatizada e monitorada.

Tudo que é redundante é, de um ponto de vista ecolinguístico-interacionista, dispensável. Assim sendo, defendo a tese de que a causa de a concordância em número tender a ocorrer só no português padrão é que as demais variedades da língua, que chamarei de coloquial e rural, não estão sujeitas à pressão normativa da variedade padrão (que chamo de **variedade estatal**). Veremos que sempre que há um afrouxamento da pressão normativa, tudo que for dispensável para o entendimento da mensagem enviada pelo falante ao ouvinte em geral será dispensado. Além dessas duas variedades da língua, esse afrouxamento se dá também em todas as situações em que a língua se vê em crise, como nos contatos de línguas, no aprendizado não monitorado de L2, na aquisição de L¹ e na variação dialetal, entre outros casos. Em todas essas situações, tudo que é muito marcado tende a dar lugar a formas menos marcadas. A concordância em número, sobretudo em línguas de posição fixa dos constituintes da oração, é um caso de formas muito marcadas.

Vejam como o texto está estruturado. Em primeiro lugar, apresento em linhas gerais o modelo teórico da ecolinguística, para a qual a **língua** é basicamente o como se comunica tradicionalmente na comunidade (seção 1). Na seção 2, tento conceituar concordância, salientando que há outros fenômenos que não têm sido assim considerados tradicionalmente, mas que têm muita coisa em comum com ela. Na seção 3, faço um breve resumo das pesquisas sociolinguísticas realizadas no Brasil a partir da década de setenta. Na seção 4 mostro o que classifico como português estatal, português coloquial e português rural. As seções 5 e 6 discutem resumidamente a concordância nessas três variedades do português brasileiro. Para contrabalançar isso, a seção 7 mostra um pouco de concordância em outras línguas, sobretudo latim, francês e alemão. Na seção 8, tento dar algumas razões (linguísticas e extralinguísticas) para a não concordância onde ela seria de se esperar. Na seção 9, por fim, tento tirar algumas ilações teóricas de tudo que foi dito, ou seja, que onde a concordância não contribui muito para o conteúdo informacional, ela tende a desaparecer. Por fim, temos as observações finais.

1. A visão interacionista da ecolinguística

Existem basicamente duas concepções de linguagem, que chamo, respectivamente, de formalismo e interacionismo, por falta de termos melhores. O **formalismo** enfatiza o construto deduzido pelo investigador a partir da linguagem em ação, como faz a gramática gerativa. De um modo geral, ela exclui o uso. O **interacionismo**, por seu turno, vê a essência da linguagem nas interações comunicativas. A vantagem desse ponto de vista é que ele inclui o sistema, mesmo que ele entre como auxiliar da interação. Tudo isso está implícito em Wilhelm von Humboldt, quando ele diz que a língua é basicamente *enérgeia/Tätigkeit* (trabalho, ação), não *érgon/Werk* (resultado, produto) (Humboldt, 1836). É também o que defendeu veementemente Bakhtin (1981). Mas, mesmo no seio do estruturalismo europeu temos pelo menos um defensor do interacionismo, Eugenio Coseriu. Para ele, “no hay que explicar el hablar desde el punto de vista de la lengua, sino viceversa. Ello porque el lenguaje es concretamente hablar, actividad, y porque el hablar es más amplio que la lengua: mientras que la lengua se halla toda contenida en hablar, el hablar no se halla todo contenido en la lengua” (1967: 287). Em outras passagens, ele diz que o sistema linguístico, ou a gramática do gerativismo, é uma abstração feita pelo linguista a partir do falar, vale dizer da interação.

Nos anos noventa, começou a emergir o que atualmente se chama **Ecolinguística**, que passou a ser definida como sendo o estudo das relações entre língua e meio ambiente. Como se vê pelo prefixo ‘eco-’, ela parte da ecologia a fim de erigir suas bases epistemológicas. O conceito central da Ecologia é o de **ecossistema**, que consta de uma **população** de organismos e suas **inter-relações** com o meio ou **habitat** (nicho, território, biótopo). Para os ecólogos, o importante no ecossistema não são a população nem o território tomados isoladamente. Pelo contrário, o essencial na Ecologia Biológica são as inter-relações, tanto entre os membros da população quanto entre eles e o meio. Aí temos o ponto de partida para entendermos os conceitos básicos da Ecolinguística. O primeiro tipo de inter-relação corresponde à **interação linguística** ou **comunicação**, enquanto que o segundo equivale à **referência**.

A primeira pergunta que devemos fazer é sobre quais são os equivalentes linguísticos dos quatro conceitos ecológicos, além dos dois já vistos. Melhor dizendo, quais são os conceitos centrais da Ecologia Linguística, ou Ecolinguística. Vejamos a opinião do leigo. Sempre que ele se defronta com o nome de uma língua de que nunca ouvira falar, a primeira pergunta que faz é que povo a usa. Diante da resposta, ele pode querer saber onde (território) esse povo se encontra. Ora, o **povo (P)** é igual à população biológica, enquanto que o **habitat** se equipara ao seu **território (T)**. Quanto à **língua (L)** é equiparável às inter-relações, uma vez que, para o interacionismo, ela é constituída basicamente inter-relações, por interações. O todo formado pelo povo, vivendo em seu território e usando a própria variedade linguística é o **ecossistema linguístico**, às vezes também conhecido como **comunidade** (comunidade de língua e comunidade de fala). Ele é o **ecossistema fundamental da língua**, também chamado de **ecossistema fundacional da língua**².

Na Ecologia existem ecossistemas imensos, como os biomas mais conhecidos (tundra, taiga, floresta tropical, savana etc.), bem como ecossistemas menores, como um lago e até um tanque. Na língua temos algo parecido. O ecossistema linguístico do inglês compreende Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e muitos outros países que o têm como língua oficial, como a Índia. O ecossistema linguístico de uma pequena tribo ameríndia, por exemplo, geralmente não vai além da própria aldeia. Ao

2 Na verdade, além desse ecossistema, temos ainda o **ecossistema natural**, **ecossistema mental** e o **ecossistema social da língua**. Em cada um deles ela se relaciona com o respectivo meio ambiente. Assim, o meio ambiente natural da língua é o mundo, o do mental é o cérebro/mente enquanto que o do social é a sociedade, como se pode ver em Couto (2007a: 89-108, 122-136) e em Couto (2007b).

bioma corresponderia o domínio do ecossistema linguístico dos formalistas, a língua como sistema, ou seja, a **comunidade de língua**. Aos ecossistemas menores corresponderiam os ecossistemas linguísticos locais, conhecidos como **comunidade de fala**. O ecossistema linguístico maior (comunidade de língua) lembra o sistema de Coseriu, enquanto que o menor (comunidade de fala) está mais para sua norma, uma vez que é nele que se dão os atos de interação concretos (*hablar*). Enfim, qualquer agrupamento de pessoas convivendo em um pequeno território e falando a própria língua é uma comunidade de fala. Como no ecossistema ecológico, o da comunidade de fala é delimitado pelo observador. O da comunidade de língua tem seu domínio já dado, ele abrange todo lugar em que a língua em questão se faz presente. Por isso, lembra o bioma da ecologia.

Na Ecolinguística, como vimos, o *hablar* de Coseriu é chamado de **atos de interação comunicativa**, que fazem parte de um todo denominado **ecologia da interação comunicativa**. Esta vai muito além do modelo fechado do circuito da fala de Saussure e dos engenheiros da comunicação. Ela inclui não só falante, ouvinte e mensagem, mas também todo o contexto em que a interação entre os dois primeiros se dá. Como não há espaço suficiente para desenvolver este assunto aqui, remeto o leitor a Coseriu (1967: 282-323), que apresenta os componentes dessa interação detalhadamente, bem como a Couto (2007a: 109-121), que discute tanto a estrutura da ecologia da interação comunicativa quanto um exemplo de ato de interação comunicativa concreto. Para uma visão geral da Ecolinguística, temos Fill (1993) e o meu livro recém-mencionado. Passemos à conceituação de concordância.

2. O que é concordância

De acordo com Chaves de Melo (1967: 167), “consiste a concordância, como se sabe, no ajustamento de desinências entre os termos subordinados e os termos subordinantes. É, pois, uma consequência do flexionismo”. Essa conceituação já aponta para o verdadeiro sentido da concordância como aqui entendida. Completando-a, poderíamos dizer que **concordância** é a harmonização de flexões entre palavras no interior do sintagma ou entre sintagmas, pelo menos nas línguas mais conhecidas da Europa. Nessas línguas, existe concordância porque existem flexões; ou seria o contrário? De qualquer forma, as duas estão inextricavelmente interligadas. Concordância é a repetição de determinada flexão de uma palavra em outra palavra no interior do sintagma, ou de predicado com sujeito no interior da oração. Ela lembra a coindexação, tão comum nos estudos de gramática gerativa, como se vê em (1), para mostrar

que dois termos da sentença têm o mesmo referente. O índice (.) sinaliza que “João” e “o” se referem à mesma pessoa, estão concordes.

(1) O chefe de João₁ criticou-o₁

No português, os dois tipos de concordância mais conhecidos são o de gênero e o de número. O primeiro está exemplificado em (2a-b). Aqui, como alhures, o sublinhado marca os termos que estão em concordância.

(2)

(a) o menino / a menina; o menino pequeno / a menina pequena; o mesmo menino pequeno / a mesma menina pequena

(b) a menina pequena chegou muito atrasada / o menino pequeno chegou muito atrasado

Os exemplos de (2) mostram que a concordância se dá até entre termos que se encontram relativamente distantes um do outro. Na tradição gramatical brasileira, diz-se que “atrasado(a)” é um predicativo, e deve concordar com o nome a que se refere.

Vejamus a concordância de número, de que existem dois tipos. O primeiro é a **concordância nominal**, que se dá entre o núcleo (N) e respectivos adjuntos (A) no interior do sintagma nominal, motivo pelo qual podemos chamá-la de concordância NA. O segundo é a **concordância verbal**, que se dá entre o sintagma nominal que tem a função de sujeito (S) da oração e o verbo (V) que a ele se refere. É a chamada concordância SV. A primeira está exemplificada em (3a); a segunda, em (3b).

(3)

(a) os meninos / as meninas; os meninos pequenos / as meninas pequenas; os mesmos meninos pequenos / as mesmas meninas pequenas

(b) As primeiras alunas com quem a professora conversou estavam bastante aflitas

Nos poucos exemplos apresentados até aqui, pode-se confirmar a asserção de que existe concordância porque existem flexões. E aí podemos fazer a seguinte pergunta: “Toda flexão tem a ver com concordância?” Em *eu canto, tu cantas e ele canta*, bem como nos respectivos plurais *nós cantamos, vós cantais e eles cantam*, há flexão/concordância de pessoa: a pronome de primeira pessoa

segue verbo na primeira pessoa; a pronome de segunda, verbo na segunda etc. Quando contrastamos as três primeiras expressões com as três últimas, nota-se que há também flexão/concordância de número: à primeira de singular corresponde primeira de plural; à segunda de singular, segunda de plural etc. No entanto, a flexão/concordância de pessoa é de natureza diferente, uma vez que não há uma flexão no pronome sujeito correspondente à do verbo; o que há são lexemas diferentes (*nós, vós*), exceto na variante de terceira pessoa em que *ele(a) canta* tem por plural *ele(a)s canta*. No equivalente brasileiro e/ou popular-coloquial de *tu cantas/vós cantais*, ou seja, *você/canta*, por *oposição a vocês* cantam, o pronome se flexiona, e há concordância.

Há outras harmonizações, no espírito, mas não na letra da definição dada logo acima. Um primeiro exemplo é o que se dá entre o tempo/modo do verbo de determinadas orações subordinadas e o da respectiva subordinante. Segundo Cunha (1969: 320), “usa-se o subjuntivo quando a oração principal exprime” vontade, sentimento ou apreciação e dúvida. Os três casos estão exemplificados em (4), nessa ordem. A existência do subjuntivo significa concordância com um pronome relativo, entre outros, na oração principal. Em (4d), temos uma concordância de tempo (futuro).

(4)

(a) mandei que ela fechasse os olhos / Deus queira que essa briga não dure muito

(b) eu tinha medo que ele saísse

(c) agora não parecia que a quisesse como antigamente

(d) estarei em casa quando você chegar

No latim, há ainda a flexão e respectiva concordância em caso no interior do sintagma nominal. Em (5) vemos exemplos de concordância no nominativo (a), no genitivo (b) e acusativo (c). Em grande parte dos verbos, o sintagma sujeito fica no nominativo e o que tem a função de objeto do verbo vai para o acusativo.

(5)

(a) filius bonus et filia bona parentibus oboediunt ‘o bom filho e a boa filha obedecem aos pais’

(b) flumina terrae nostrae magna sunt ‘os rios do nosso país são grandes’

(c) Hannibal Saguntum, foederatam civitatem, vi expugnavit ‘Aníbal conquistou à força Sagunto, cidade aliada do povo romano’

Agora podemos perguntar: Qual é a função da concordância e da flexão de gênero e número (e de caso)? Em princípio sua função é indicar funções sintáticas. Tanto que *filius bonus* e *terrae nostrae*, por exemplo, poderiam perfeitamente ocorrer também como *bonus filius* e *nostrae terrae*, uma vez que as funções de núcleo e ajunto adnominal já estão dadas pelos casos nominativo e genitivo, respectivamente. O mesmo se dá na concordância SV. Uma vez que a palavra que tem função de sujeito vai para nominativo e a de objeto direto para o acusativo, as palavras de uma oração como a de (6) podem aparecer em todas as combinações possíveis, embora a primeira forma seja a preferida, como lembrou Coseriu (1967: 84). Algo parecido se dá em japonês, embora a marca de função nessa língua seja dada por uma partícula posposta ao termo em questão.

(6) Petrus Paulum amat / Paulum Petrus amat / Petrus amat Paulum / Paulum amat Petrus / Amat Petrus Paulum / Amat Paulum Petrus.

O alemão também tem flexão de caso, ao lado da de gênero e de número, como se pode ver nos dois exemplos de (7): concordância no genitivo em (7a) e de dativo em (7b).

(7)

(a) das Buch des dicken Mannes ‘o livro do homem gordo’

(b) das Buch von dem dicken Mann ‘o livro do homem gordo’

A construção (7a) é do alemão estatal (*Hochdeutsch*), como esse conceito será definido na seção 3. Quanto a (7b), é o como se diz popularmente (*Umgangssprache*). Como sabemos, no alemão as palavras têm posição fixa dentro do sintagma, com o que o adjetivo deve vir antes do substantivo. Assim sendo, a flexão do adjetivo para indicar que ele se refere ao substantivo que lhe segue é redundante. Tanto que flexão de genitivo no artigo, no adjetivo e no nome (7a) é substituída no alemão popular pela preposição *von* ‘de’ (7b). Como essa preposição exige que o sintagma que a segue vá para o dativo, a flexão de genitivo desaparece, ficando apenas a concordância em dativo entre *dem* e *dicken*. Essa mudança lembra a que se deu do latim clássico para o popular, ou seja, os casos tenderam a cair e suas funções foram paulatinamente sendo assumidas por preposições.

Aliás, o dativo tem muitas afinidades com o conceito de posse. No latim, podia-se dizer *mihi multi libri sunt* (tenho muitos livros) e *mihi nomen est*

Tullius (meu nome é Túlio). O uso do dativo para indicar posse não se restringe a exemplos como os que acabamos de ver.

Algumas línguas indicam as funções sintáticas apenas pela ordem dos termos na frase. São as línguas de posição fixa na frase. O francês tende a ser desse tipo, mas os crioulos são exemplos mais eloquentes. No crioulo português da Guiné-Bissau, por exemplo, temos construções como as de (8).

(8)

(a) omi mata lion ‘o homem matou o leão’

(b) lion mata omi ‘o leão matou o homem’

(c) lion garandi ‘leão grande’

Como se vê em (8b) relativamente a (8a), invertendo a ordem dos termos as funções sujeito e objeto continuam no mesmo lugar, o que muda é quem executa a ação de matar (sujeito, agente) e sobre quem ela recai (objeto, paciente). Em (8c) vemos que inclusive no interior do sintagma nominal as funções de núcleo e adjunto são igualmente indicadas pela posição, com o adjunto vindo depois do núcleo.

O português também tende a ter ordem fixa tanto no interior do sintagma nominal quanto na oração como um todo. Mesmo assim, como no alemão, também no português estatal pode haver uma pletora de flexões, às vezes resultando em uma imensa cadeia de concordâncias, como o exemplo de (9), que será retomado mais abaixo.

(9) Todas meninas pequenas chegaram atrasadas

Como se vê, todos os lexemas de (9), menos o verbo, recebem a marca de feminino, fato indicado pelo sublinhado simples. Todos recebem a marca de plural, indicado pelo sublinhado duplo. Para provar que essa profusão de flexões é dispensável, por ser redundante, o equivalente desse enunciado no português rural e em muitas variedades do popular é o que está apresentado em (10).

(10) As menina pequena chegô tudo atrasado

Em (10), apenas o artigo contém a marca de plural, ficando todos os demais lexemas numa espécie de forma neutra. A marca de feminino, por seu turno, se manifesta em todas as palavras do sintagma nominal que funciona como sujeito da oração. O predicativo (*atrasado*), no entanto, fica na forma neutra,

contrariamente que vimos nos exemplos de (2) do português estatal. É uma pergunta em aberto o fato de o português estatal ter e/ou requerer a concordância de gênero, mas não a de número, nesse caso.

Além da concordância em gênero e número, há outras instâncias de harmonização entre lexemas que têm muitas afinidades com a concordância em geral. Uma delas é a anáfora, em que determinado termo (pronome, p. ex.) está coindexado com algum nome anterior. Outro é o tempo-modo nos verbos. A chamada *consecutio temporum* (combinação de tempos) é uma parte constitutiva da gramática latina. Temos também a regência, que não deixa de ser algum tipo de concordância, como a que se dá com a preposição *von* de (7b), que exige que a palavra seguinte esteja no caso dativo. Inclusive a harmonia vocálica que ocorre em línguas como o turco se assemelha à concordância. Por razões óbvias de espaço, esses assuntos não podem ser tratados aqui.

3. Alguns estudos sobre a concordância no português brasileiro

No Brasil existe uma tradição relativamente longa de estudos variacionistas, de base laboviana, sobre concordância. O mentor desses estudos é Anthony Naro, mas uma das mais ativas pesquisadoras na área é Marta Scherre. O pontapé inicial para essa investigação foi dado na monografia *Competências básicas do português*, de Miriam Lemle e Anthony Naro (Rio de Janeiro: MOBREAL, 1977). A partir daí surgiram muitas pesquisas, e não só no Rio de Janeiro³. Vejamos alguns resultados dessas pesquisas.

No início dos estudos sobre o português brasileiro, isto é, desde os estudos filológicos até começar a pesquisa sociolinguística variacionista (década de setenta), defendia-se a tese de que a flexão tenderia a ocorrer apenas no primeiro elemento do sintagma nominal, como já se pode vislumbrar em alguns dos exemplos dados acima. Chegou-se mesmo a atribuir essa tendência a uma possível influência africana, já que muitas línguas de onde vieram os escravos têm flexão no início da palavra (Guy 1989), tese refutada por Naro e Scherre (cf. Naro; Scherre, 1993). Scherre (1988), por seu turno, chegou à conclusão de que o mecanismo das marcas de plural e suas ausências é muito mais compli-

3 Além de Naro e Scherre, vários outros pesquisadores se dedicaram ao assunto, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e alhures. Entre eles, temos: a) Maria Luíza Braga (1977), *A concordância de número no sintagma nominal no Triângulo Mineiro*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, diss. de mestrado; b) Gregory Guy (1981), *Linguistic variation in Brazilian Portuguese*, Philadelphia, University of Pennsylvania, diss. mestrado. Em Scherre (1988) há um apanhado geral das pesquisas.

cado. Por exemplo, adjuntos à esquerda do núcleo favorecem flexão, como se vê nos exemplos de (11a), embora alguns deles possam não se flexionar (11b). A concordância se dá mais nos falantes mais escolarizados. A contraprova está na quase ausência de concordância de número no português rural vista em (10).

(11)

- (a) as boas ações / suas tias / meus filhos todos / todos esses homens / tantas outras famílias
- (b) os meu amigo / essas outra família

Em todos os exemplos vistos até aqui os adjuntos estavam à esquerda do núcleo do sintagma. Quando é o núcleo que está à esquerda, na primeira posição, há variação como nas construções de (12a); se ele está na segunda posição, ocorrem construções como as de (12b).

(12)

- (a) coisas lindas / eles todos / representante diretos
- (b) umas casinha bonitinha / suas tias / todos eles / trabalha uma, as outras fica

Uma constatação interessante é que sequências zero-marca-zero são raras (Scherre, 1988: 174), ou quase inexistentes. É muito raro, ou quase impossível, encontrar construções do tipo *essa outras família*. Uma das conclusões gerais sobre a concordância NA é a de que flexões levam a flexões, ausência de flexão leva a ausência de flexão.

Vejam agora a concordância verbal (SV). Uma das constatações é que sujeito anteposto ao verbo favorece a concordância. Como se pode ver em (13), se ele estiver próximo ao verbo, ela é de 49% (13a); se distante, 33,1% (13b). Se estiver posposto ao verbo, a concordância cai drasticamente, perfazendo apenas 23,4% dos casos (13c). A proximidade do sujeito ao verbo é o fator mais favorecedor da flexão/concordância. Parece que o falante sente o que vem após o verbo sempre como objeto.

(13)

- (a) Eles cantam / nós fomos à cidade / eles diz /
- (b) essas trocas de experiência vai crescendo / eles também não diz
- (c) Aí bateu dois senhores na porta / chegou muitas pessoas

Se há uma diferença fonológica muito grande entre a forma de singular e a de plural (saliência fônica), a flexão/concordância tende a ocorrer. É o caso, entre outros, das formas de terceira pessoa *é/são*. Tanto que até nos dados do português rural o fato pode se dar, como *os menino tudo são assim* dos meus dados. Não obstante, a regra é variável. Vejamos os exemplos de (14).

(14) *os vizinho daqui é ótimo / aqueles que são sinceros*

Essas pesquisas têm ido fundo na questão da concordância SV e AN, de modo que seria impossível fazer justiça à grande quantidade de resultados que já foram obtidos. Eu gostaria de mencionar apenas mais uma constatação, sobretudo de Anthony Naro. Quando se trata de terceira pessoa, e cujo plural seria nasal, muitas vezes a ausência de concordância se dá por razões fonológicas, fato que será pormenorizado na seção 8. Vejamos os exemplos de (15).

(15) *eles conhece / vocês conhecem; eles ganha demais / eles ganham demais*

De acordo com Naro (1998), a ausência de flexão/concordância em *conhece* e *ganha* se deve a uma tendência à desnasalização de sílaba átona final. O que é mais, essa tendência viria de Portugal, sendo que a tendência à perda de flexões/concordâncias recuaria ao indo-germânico.

4. Português estatal, português rural e português coloquial

Eu chamo de variedade ou **dialeto estatal** do português aquilo que se tem classificado tradicionalmente como “português padrão”, “português culto” e até “português *standard*”. Às vezes se fala também em “português literário”. Em alemão seria o *Hochdeutsch*, literalmente “alto alemão”. No entanto, a expressão ‘português estatal’ é quase uma tradução da alemã *Staatssprache*, que quer dizer justamente “língua do estado”. É assim que deve ser entendida a expressão ‘dialeto estatal’. Ela aponta para o fato de se tratar daquela variedade da língua intimamente associada ao estado. Na verdade, ela é um de seus componentes, ao lado de outros como forças amadas, sistema escolar, organização administrativa etc. É a variedade linguística considerada como sustentadora da unidade linguística nacional, sobretudo frente aos dialetos, fato mais conspícuo em línguas da Europa e da Ásia, tais como o alemão e o chinês. O estado tem uma grande preocupação com a manutenção da própria unidade territorial e política. Por isso o dialeto estatal contém formas consagradas tra-

dicionalmente, só que formas em geral oriundas de “bons escritores”, não de práticas linguísticas pretéritas. Dificilmente, ele aceita inovações, sobretudo as oriundas da massa de falantes, mesmo que sejam generalizadas em todo o domínio do território do estado.

Em Couto (1979: 16), eu defendi a tese de que o dialeto estatal é o máximo de formalidade a que se pode chegar, embora usando outro nome. É uma forma ideal. Como ideal, dificilmente é atingida plenamente, permanecendo como o nível a que se deveria chegar pelos ideais do estado. Pode ser até que nunca chegue a ser atingida, principalmente na linguagem oral, mas haverá sempre um acordo tácito entre os membros da comunidade de que “o certo é assim, mas a gente fala tudo errado mesmo”. Em muitos casos, pode ser até que ela só seja atingida na escrita e na sua derivada oral, a leitura, o que parece ser o caso do mandarim (*pu tong hua*) na China.

Um estudo clássico sobre a caracterização dessa variedade linguística é o de Paul Garvin. De acordo com esse autor, as duas principais propriedades do dialeto padrão (estatal) são a estabilidade flexível e a intelectualização. Há uma agência de codificação, como a Academia Brasileira de Letras e outras. Esse dialeto visa a permitir proposições precisas e rigorosas e, se possível, abstratas, o que abrange tanto o léxico quanto a gramática. Na formulação de Ammon (1973: 46), que usa as categorias de ‘código elaborado’ e ‘código restrito’ de Basil Bernstein (1972), a intelectualização permite “uma comunicação mais diferenciada, a tomada e o armazenamento de mais informações, uma percepção e conhecimento mais diversificados, soluções de problemas intelectualmente mais complexos e projetos de ação mais diferenciados”.

Garvin & Mathiot (1974) falam também das funções de um dialeto padrão (estatal). A primeira é a função unificadora. Para eles, “uma língua padrão serve como elo entre os falantes de diferentes dialetos da mesma língua, contribuindo assim para uni-los em uma única comunidade linguística”. A segunda função é a separatista, que “opõe uma língua padrão a outras línguas, antes como uma entidade separada, do que como uma subdivisão de uma entidade maior”. A terceira função é de prestígio, uma vez que o domínio do dialeto padrão confere prestígio a seu usuário. A quarta função é a de quadro de referência, a partir do qual se podem julgar as falas em geral. O dialeto padrão (estatal) dispõe de uma norma codificada que constitui uma medida de correção (p. 124-126).

O conceito de português estatal (ou dialeto estatal) é válido e interessante. Para a Ecolinguística, que valoriza a diversidade, ele é mais uma dentre as manifestações da língua. Aumenta a riqueza comunicativo-expressiva do português em geral, como sugere Ammon. Só não devemos fetichizá-lo, considerando-

-o a única variedade “correta” do português. Sequer devemos ver nele algo “melhor” do que as demais variedades (geográficas, rurais, sociais etc.). Ele é apenas mais uma entre elas, aquela que está associada ao estado. Uma vez que é normativo e prescritivo, ele se aproxima do sistema de Coseriu (1967). O problema é que os agentes do estado às vezes impõem regras absurdas como a exigência de que o “correto” é “hoje são 20 (de janeiro)”, não “hoje é 20”, regências verbais como “assistir a um filme” e muitas regras de colocação pronominal que ninguém usa na vida quotidiana.

Passemos ao **dialeto rural**⁴. Ele é um dos polos do português brasileiro como um todo, uma variedade extrema, por oposição ao dialeto estatal, o outro polo. A despeito da desconfiança dos urbanitas em relação a ele, ele é altamente estável. O que é mais, apresenta aspectos altamente conservadores, tanto no léxico quanto na morfossintaxe. Mesmo assim, ele tem sido bastante estigmatizado, talvez devido ao fato de seus falantes não serem pessoas “sofisticadas”, como pensam alguns setores da elite urbana.

Vejam os traços típicos dessa variedade do português brasileiro. Apresento apenas uns poucos, uma vez que o assunto será retomado na seção 6. Na sintaxe, poderíamos começar pelo enunciado de (10), visto acima. Poderíamos acrescentar outros como *amanhã nós vai trabaiá* ‘amanhã nós vamos trabalhar’. Como salientou Elia (1963), na fonética existem exemplos em profusão. Entre eles temos o uso de [y] em vez da lateral palatal, como é o caso de *fio* por filho, *raiá* por ralar e assim por diante. Um outro é a rotacização de [l] em posição pós-vocálica, como em *carça* por calça, *cardo* por caldo etc. A rotacização se dá também na segunda posição do grupo *muta cum liquida*. Assim, em vez de placa, clamar e Flávio, no português rural se diz *praca*, *cramá* e *Frávio*.

As variedades do português rural têm uma grande uniformidade Brasil afora, a despeito das proporções continentais do país, como já salientava Elia (1963: 233-301). Elas representam uma adaptação do português ao meio ambiente rural brasileiro. Em Amaral (1992) há uma descrição bastante detalhada desse dialeto. Em Couto (1998) temos a discussão de uma variedade que é uma continuidade do dialeto descrito por Amaral. O mecanismo da concordância nesse dialeto será examinado na seção 6.

4 Melhor seria falarmos em “dialetos rurais”, uma vez que há diferenças de região para região. No entanto, no Brasil elas são tão pequenas que podemos simplesmente falar em “dialeto rural”, ou “dialetos rurais”, valendo para todo o país (cf. Elia, 1963). Além disso, ele pode ser falado também na periferia das cidades e nas favelas, em geral constituídas de imigrantes vindos da zona rural.

Entre o português estatal e o rural, temos o que se tem chamado de **português coloquial**. Trata-se de uma variedade de transição, um *continuum*, às vezes se aproximando de um, às vezes de outro. Equivale mais ou menos ao que os alemães chamam de *Umgangssprache*, literalmente “linguagem de uso cotidiano”. Ele apresenta muitas afinidades com o português rural, embora os traços rurais mais marcantes tendam a ser evitados. Isso se dá justamente por serem altamente estigmatizados, associados ao “atraso” da zona rural, concepção absurda, que não tem qualquer justificativa. Poderíamos dizer que é a linguagem da classe média e, às vezes, até da elite culta, uma vez que o português estatal se manifesta quase só na escrita.

Acabamos de ver que algumas das características do português coloquial são compartilhadas pelo dialeto estatal, outras pelo rural. Entre as compartilhadas com o primeiro, poderíamos citar o futuro do presente analítico, como *vamos trabalhar*. Dificilmente se diria *trabalharemos*. Pelo contrário, pode ocorrer até a queda do -r de infinitivo, dando *trabalhá*, inadmissível na variedade estatal. De um modo geral, essa variedade do português brasileiro apresenta menos flexões/concordâncias relativamente ao dialeto estatal. Assim, temos, por exemplo, substituição de alguns pronomes por outros que facilitam essa redução. É o caso de *a gente* por nós e de *você* por tu. Com ambas o verbo fica na forma não marcada de terceira pessoa, ou seja, passa-se a ter *a gente canta* (nós cantamos), *você canta* (tu cantas) ao lado de *ele canta*. Em Couto, Silva & Aragão (1990) há um começo de estudo desse tópico, mostrando que mediante substitutos dos pronomes poderíamos ter a redução de todas as desinências verbais a uma única. Em Couto (1998) o assunto é discutido parcialmente.

Gostaria de terminar esse pequeno elenco de características do português coloquial lembrando o uso do subjuntivo nos verbos. Na verdade, isso é rigidamente obedecido apenas no português estatal. No coloquial às vezes, e no rural sempre, o subjuntivo é abolido. Assim, em vez de *espero que ele venha*, temos *espero que ele vem*. Em um grande jornal brasileiro, registrei *não existem remédios ou vacinas que previnem as alergias alimentares*. Em outro encontrei *todos são iguais perante a lei, embora há quem insista que alguns são mais iguais que os outros*.

5. Concordância no português estatal

Por provir do latim, língua altamente flexional, o português apresenta muitas flexões/concordâncias, embora muitas delas tenham desaparecido, como a flexão/concordância em caso, pelo fato de ter se tornado uma língua cujos

componentes da oração tendem a ter posição fixa e por ter ampliado o uso das preposições. Mesmo assim, por ser uma variante da língua monitorada e normatizada centralmente pelas instâncias estatais apropriadas, a concordância no português estatal é aquilo que está estabelecido nas gramáticas normativas, claramente conservadoras. Por isso, vou me basear em Cunha (1969), que classifica concordância em três tipos. O primeiro é a concordância adjetivo-substantivo; a segunda, concordância dos pronomes possessivos (NA). A terceira é a concordância verbal, ou seja, a que se dá entre sujeito e predicado (SV). Existem outras espécies de concordância, como do artigo, ou do determinante em geral, com o núcleo do sintagma nominal e outras. Eu todos esses casos, há concordância de gênero e de número, como já vimos em (2). Aí se incluem outras classes de palavras adjuntas, como “mesmo”, “todo” etc. Em todos esses casos, a concordância se dá em gênero e número.

Como se vê nas gramáticas normativas, como a de Cunha, o mecanismo da concordância no português estatal é bem mais complicado do que o parágrafo anterior dá a entender. Elas distinguem diversas matizações. Primeiro, aqueles casos em que o adjetivo vem antes de dois substantivos (16a), caso em que concorda com o substantivo mais próximo. Se o adjetivo vem depois de dois substantivos, se forem do mesmo gênero pode ficar no singular (16b), o mais comum, ou no plural (16b’). Se os substantivos são de gêneros diferentes e do singular, pode concordar com o mais próximo (16c) ou com o conjunto deles (16d).

(16)

(a) tranquilas montanhas e bosques / tranquilos bosques e montanhas / alto respeito e admiração / alta admiração e respeito

(b) terno e chapéu escuro / língua e literatura portuguesa; (b’) terno e chapéu escuros / língua e literatura portuguesas

(c) gravata e chapéu escuro / idioma e literatura portuguesa

(d) gravata e chapéu escuros / idioma e literatura portuguesas

Há inclusive questões extralinguísticas. Por exemplo, o movimento feminista⁵ tem se manifestado contra concordâncias como as de (17), por privilegiar o gênero masculino, mesmo estando distante do adjetivo.

5 Na contracorrente desse movimento, a presidente argentina Cristina Kirchner criou um feminino para seu cargo, exigindo ser chamada de ‘presidenta’. A presidente brasileira Dilma Rousseff imitou-a, adotando também a forma ‘presidenta’, embora o povo e grande parte dos meios de comunicação continuem usando a forma tradicional. Isso é estranho, uma vez que se trata de um dos poucos casos em que português e espanhol não fazem distinção de gênero.

(17) chapéus e gravatas escuros / homens e mulheres altos

A concordância do adjetivo com o substantivo se dá mesmo quando o segundo é predicativo, como “atrasadas” em (9). Havendo mais de um substantivo, os princípios são aproximadamente os mesmos que os vistos em (16).

Não vou falar da concordância com os possessivos, uma vez que ela segue os mesmos princípios já vistos. Mais importante é a concordância sujeito-predicado. O princípio geral é que o verbo deve concordar com o sujeito em número (18a). Se ele for um pronome, há também a concordância em pessoa (13b)⁶. O dialeto estatal do português brasileiro já admite as formas de (18c), que reduzem as flexões/concordâncias (você = tu; vocês = vós).

(18)

(a) o passarinho canta / os passarinhos cantam

(b) eu canto / tu cantas / ele canta // nós cantamos / vós cantais / eles cantam

(c) você canta / vocês cantam

Sob a rubrica “casos particulares”, Cunha identifica acima de 16 casos específicos de concordância SV, como sujeito composto de dois ou mais nomes, que leva o verbo para o plural. Há uma série de outros casos específicos, como sintagmas do tipo “um dos que”. Afinal, deve-se dizer (ou escrever) *eu sou um dos que mais trabalha* ou *um dos que mais trabalham*? Por fim, gostaria de destacar a concordância, ou sua ausência, com o verbo “haver” existencial. A norma do dialeto estatal decreta que se deve dizer *havia muitas pessoas na sala*, não *havam muitas pessoas na sala*. Mas, como veremos na seção seguinte, a segunda construção é corrente no português coloquial da classe média.

Para os normativistas, a língua não foi feita pelos membros da comunidade em que é usada, mas pelos grandes escritores do passado. Todos os exemplos de fenômenos linguísticos que apresentam para justificar as “regras” que formulam são tirados dessas fontes. Dificilmente encontramos em seus escritos exemplos tirados da língua efetivamente usada na comunidade real da língua. É a norma do “como se deve falar”, não a do “como se fala”, como disse Coseriu.

Em síntese, todos os tipos de concordância possíveis no português brasileiro em geral devem ser obedecidos no português estatal. Afinal, ele é normativo, impositivo. Quem quiser ser aceito no sistema estatal (ser aprovado em

⁶ Na prática, todos os substantivos são de terceira pessoa, uma vez que só o pronome dessa pessoa pode “substituir” os nomes.

vestibulares, em concursos, redigir textos oficiais etc.) deve obedecer tudo que está prescrito nas gramáticas normativas e nos dicionários.

6. Concordância no português rural e no coloquial

Como o dialeto rural é o extremo oposto do estatal, começo por ele. Vou me basear na variante comentada em Couto (1998). Amaral (1992) também poderia ser uma fonte, mas, como ele se atém mais ao vocabulário, é de pouca serventia no que tange à concordância, de que apresenta poucos exemplos. É claro que, devido à influência dos meios de comunicação de massa, sobretudo rádio e televisão, o dialeto rural tem mudado muito nos dias de hoje. Portanto, muita coisa que Amaral descreveu em 1920 tende a não existir atualmente. Até fenômenos que registrei na região de Patos de Minas (MG) em 1974 já tendem a desaparecer. No entanto, o português rural é bastante conservador. Ele contém muitas formas arcaicas que não se veem mais no português coloquial nem no estatal.

A forma de (18c) pode ocorrer até no português estatal. No entanto, ela é mais típica do português coloquial. No português rural, a forma *você* vira *ocê*, perdendo o /v/ inicial, sendo que no coloquial pode *você* ser substituído por *cê* na função de sujeito da oração. Enfim, como está exposto em Couto (1998: 378), as flexões verbais do dialeto rural são em número bem menor do que as do português estatal. Por exemplo, no presente do indicativo, o verbo só tem duas formas, uma para a primeira pessoa, outra para as demais: *eu amo* x *ocê/ele/nóis/ocêis ama*. O mesmo vale para o pretérito perfeito do indicativo, em que *amei* se opõe a *amô* para todas as demais pessoas/números. No pretérito imperfeito do indicativo e no pretérito imperfeito do subjuntivo, só existe uma forma para todas as pessoas/números, ou seja, *amava* e *amasse*, respectivamente. Como a concordância em português é função da flexão, isso resultou nas respectivas ausências de concordância. Em (19), temos mais alguns exemplos de meu dialeto, alguns não presentes no ensaio que acaba de ser mencionado.

(19)

ees [eles] transita ali / nós passa lá / depois nós tromba aí / ocêis já vai? / nós ficava na casa dele / nós estudô foi aqui na Capelinha / meus menino é tudo ativo (inteligente)

Toda língua, e até dialeto, apresenta variação, quando não pelo crescente contato de seus falantes com os habitantes das cidades. Já Amaral (1992: 70)

dava exemplos de concordância, ou de semiconcordância, como os de (20). Elas lembram a forma de plural, mas não são exatamente como elas. Em (20a), o verbo concorda com o sujeito, embora sua pluralidade esteja só no artigo. O predicativo também não concorda (*quétto, pestiado*), nem em gênero nem em número, exatamente como o predicativo de (10), acima.

(20)

(a) as criança távum quétto ‘as crianças estavam quietas’

(b) as criação_ ficárum pestiado_ ‘os animais ficaram empesteados’

Na variedade que descrevi em 1974, praticamente não há concordância. As mais das vezes, quando o falante se encontra frente a alguém da cidade, e/ou que julgue culto, pode introduzir algum tipo de concordância que seu dialeto não tem. Trata-se de casos de interferências interdialetais. Vejamos os exemplos de (21).

(21)

(a) Atualmente os menino tudo são assim / ele e o Dero viero aqui de passeio / fomo criado junto aí junto / onde que cês estudaro? / pusemo eles aí

(b) nós vamo fazê assim / eles: vamo fazê umas prisão aí

Os poucos exemplos de (21) parecem sugerir que o início da oração favorece a flexão/concordância, embora haja outras posições, inclusive com o sujeito anteposto explícito, em que ela pode ocorrer também. Enfim, formas como *cantaro* (cantaram), *vendero* (venderam), *partiro* (partiram) e *pusero* (puseram) representam provavelmente o primeiro passo na direção da queda definitiva da flexão/concordância, ou de sua recuperação, pelo menos quando encaramos as coisas da perspectiva do português estatal. O que acontece aqui é um fenômeno fonético, a desnasalização, que vou comentar na seção 8. O fato é que podemos considerar todos esses casos de concordância como manifestações de interferência do português urbano. Quando os falantes da região conversam entre si, dificilmente há concordância, se é que há. O fenômeno precisa ser mais bem investigado neste setor. Quanto ao *vamo*, de *vamo fazê umas prisão aí*, talvez tenha se flexionado por ter uma função ligeiramente diferente, equivalente ao *let's* do inglês.

Os exemplos de concordância ou semiconcordância vistos em (20)-(21) já contêm manifestações da concordância NA, ou ausência dela. Na variedade do português rural descrita por Amaral em 1920, a não concordância entre

núcleo e adjuntos no interior do sintagma nominal era a norma, como mostram *as criança* e *as criação* de (20).

Em (22), apresento uma seleção de exemplos de não concordância no interior do sintagma nominal registrados no meu dialeto em 1974.

(22)

(a) esses caminho / Os Pato (Patos [de Minas]) / aqueles menino / os menino / uns dia / uns tempo / as causa / os trem (as coisas) / há muitos ano / otos caso / três fio / meus menino

(b) passado uns vinte ano cada um tava no seus officio

Praticamente todos eles obedecem o princípio de que só se flexiona o artigo ou outro termo que venha em seu lugar (determinante). O exemplo (22b) é curioso, uma vez que mostra que o princípio vige mesmo quando precedido de um predicativo (*passado*). Quanto ao sintagma nominal final desse exemplo, é difícil saber se o artigo de *no seus officio* tem marca de plural ou não. Por uma espécie de crase fonética, mesmo que ela existisse na intenção do falante, seria praticamente inaudível, uma vez que se funde com o s- inicial de *seus*. Só exames espectrográficos minuciosos resolveriam a questão, se é que resolveriam.

Um fato interessante no dialeto rural é que apresenta concordância de gênero, começando pelo exemplo de (10). Poderia acrescentar outros *ad libitum*, como os de (23), sendo os de (a) do meu dialeto; os de (b) e (c), do dialeto caipira de Amaral.

(23)

(a) o menino /a menina; um menino / uma menina; uma casa comprida / trajó casero /sole quente

(b) o minino, o pire (pires) / as paiz (paz) / certas hora / umas fruita / minhas ermã / suas pranta

(c) essas coisarada bonito

Em princípio, todas as construções de (2), acima, ocorrem também no dialeto rural. O seu diferendo reside no fato de preferir o adjetivo em posição predicativa, e não adjuntiva. Em vez de *a menina bonita*, ocorre mais *a menina é bonita*. As formas de (23) confirmam essa constatação, deixando-se de lado a flexão de plural que, na verdade, não afeta a de gênero. Os três últimos exemplos de (23a) são dos poucos que encontrei de adjetivo em função adnominal. O

terceiro deles é curioso por dois motivos: primeiro, o adjetivo é de dois gêneros (*quente*), portanto, teria a mesma forma ao lado de um nome masculino ou de um feminino; segundo, temos um arcaísmo para a palavra “sol” (*sole*). Enfim, nesse ponto, parece não haver muita diferença entre português estatal, rural e coloquial. A pergunta que fica no ar é: por que a concordância de gênero se mantém neste dialeto, tão parco de flexões?⁷

Passemos à variedade do português intermediária entre o estatal e o rural, o português coloquial⁸. Em suas manifestações mais informais (churrascada de fim de semana, grupos contando piadas etc.) podem ocorrer fenômenos como os de (20). No entanto, há concordâncias verbais que são inadmissíveis em qualquer circunstância, como as que são específicas do rural. Vejamos, em (24), um pouco do espectro de variação que uma oração simples pode apresentar no português brasileiro em geral. Entre (24d) e (24e) poderia ocorrer ainda *amanhã nós vamo trabaia*.

(24)

- (a) amanhã nós trabalharemos
- (b) amanhã nós vamos trabalhar
- (c) amanhã nós vamos trabalhá
- (d) amanhã nós vamo trabalhá
- (e) amanhã nós vai trabalhá
- (f) amanhã nós vai trabaia

Pode até haver mais formas intermediárias. De qualquer modo, a forma de (a) é exclusiva do português estatal, enquanto que a de (f) é exclusiva do rural. A primeira é tida como “cult”, ao passo que a segunda é estigmatizada no seio da classe média urbana. Tudo que vem entre as duas faz parte de um *continuum* fluido. Por exemplo, (b) é aceitável no nível estatal; talvez, até (c) o seja, sobretudo em discursos orais, mesmo assim com muitas reservas. O enunciado é mais apropriado no português coloquial, que admite ainda (d). Nas situações informais recém-mencionadas (e) também poderia ocorrer no coloquial, mas a forma já tende para o rural, ou seja, a ser estigmatizada. A construção (f) já é decididamente específica do português rural.

7 Ver Couto (1998) para mais exemplos de concordância, semiconcordância e ausência de concordância no português rural.

8 O termo “coloquial” não é muito apropriado, uma vez que também o português rural é coloquial no meio em que é usado. Uso-o por falta de termo melhor.

Em síntese, o português coloquial é uma zona de lusco-fusco entre dois polos, que, dependendo das circunstâncias, pode ir de (24b) a (24e). As únicas variedades que apresentam formas exclusivamente suas são o português estatal (a) e o rural (f).

7. Concordância em algumas outras línguas

Começando pelo latim, devo notar logo de início que ele apresenta uma grande prodigalidade no que concerne às flexões/concordâncias. A tal ponto que Schleicher (1848) o considerou uma língua altamente “desenvolvida”, por ser flexional, fato que valeria também para o alemão e a maioria das línguas românicas, entre outras. Como já visto em (6), nessa língua há concordância não apenas em gênero e número, mas também em caso. Porém, essa profusão de flexões/concordâncias se dava mais no latim clássico, literário, também conhecido como *sermo urbanus*. Na linguagem do povo, chamada de *sermo vulgaris*, muitas delas não ocorriam, como o próprio Cícero reconheceu em uma carta a um amigo. Não temos muita documentação de enunciados do *sermo vulgaris*. Mas, a julgar pela redução nas flexões que os estudiosos de linguística histórica mencionam, havia uma drástica redução na concordância nessa variedade da língua.

Outra língua rica em flexões/concordâncias é o alemão, que também apresenta concordância em gênero, número e caso, embora em menor número do que o latim. Em (7) já vimos um exemplo. Em (25), podemos ver que no interior do sintagma nominal praticamente todos os lexemas se flexionam. No caso, pus em negrito os que estão no dativo (objeto indireto) e em itálico os que se encontram no acusativo (objeto direto). Quanto ao genitivo, está sublinhado (25b). Como já visto acima (7), o genitivo tende a ser substituído pela preposição *von* (de), que seleciona o dativo.

(25)

(a) ich habe **der** **schönen** Frau *einen* grossen Kuchen gegeben ‘eu dei um grande bolo à mulher bonita’

(b) ich habe **der** **schönen** Frau *das* grosse Buch des Mannes gegeben ‘eu dei à mulher bonita o livro grande do homem’

Entre as línguas latinas, o francês é a que apresenta menos flexões/concordâncias, embora a grafia nos engane, uma vez que mantém flexões arcaicas

que não têm nenhuma correspondência na realidade fonética. Por isso, é preciso sempre incluir a representação fonético-fonológica, ao lado da ortográfica. Vejamos alguns exemplos em (26).

(26)

- (a) le livre est vert [le livr è vèr] ‘o livro é verde’
- (b) la robe est verte [la ròb è vèrt] ‘o vestido é verde’
- (c) les livres sont verts [le livr sò vèr] ‘os livros são verdes’

O exemplo de (26b) pode dar a impressão de que há concordância de feminino, uma vez que a *robe*, que é feminino, corresponde um adjetivo que apresenta [t] final, diferentemente do masculino (26a) e do plural (26c). Na verdade, as coisas não são sempre assim. Tanto que a *le livre est noir* [le livr è nwar] ‘o livro é preto’ corresponde *la robe est noire* [la ròb è nwar] ‘o vestido é preto’.

Nesse ponto, o francês se aproxima do português rural, no qual as flexões/concordâncias são drasticamente menos frequentes do que no português estatal. O assunto é bastante complexo. Seria impossível exauri-lo aqui. Por isso, gostaria de encerrar a pequena amostra da concordância em francês com a flexão do verbo *chanter* (cantar), no presente do indicativo: *je chante* [šãt] (eu canto), *tu chantes* [šãt] (tu cantas), *il chante* [šãt] (ele canta), *nous chantons* [šã'tõ] (nós cantamos), *vous chantez* [šã'te] (vós cantais), *ils chantent* [šãt] (eles cantam). As únicas formas que flexionam são a primeira e a segunda de plural, apenas uma a mais do que o português rural.

8. Algumas razões para a ausência de concordância

Como em quase tudo na língua, também no caso da concordância existem razões linguísticas e extralinguísticas para a sua ocorrência ou não. Isso nas línguas que a têm, uma vez que em grande parte delas não há flexões/concordâncias, como o conhecido caso do chinês. Por razões linguísticas entendo aquelas que têm a ver com as tendências da dinâmica estrutural e funcional da língua. Elas são internas, têm a ver com a forma e/ou estrutura do enunciado. Por razões extralinguísticas, entendo as que têm a ver com o uso da língua, com a sua função sociopsicológica na interação comunicativa. As razões de natureza psicológica envolvem o cérebro/mente. As extralinguísticas podem ser também de natureza referencial, semântica. Mas, antes de entrar nessas razões,

é importante distinguir entre línguas em que os constituintes do enunciado têm posição fixa e línguas em que há mais liberdade no que tange à posição das palavras na frase.

Começemos pelas razões que têm a ver com a organização da própria mensagem. Nas línguas em que os constituintes do enunciado têm posição livre, a flexão/concordância é necessária para indicar as funções de cada elemento na frase. Nesse caso, só ela indica o que está relacionado a quê. É o caso do latim. Como mostram os exemplos dados acima, se não houvesse a flexão de caso, não saberíamos o que é sujeito e o que é objeto direto nas diversas possibilidades de construção de (6). Afinal, as palavras podem aparecer em qualquer ordem. Tampouco, saberíamos que *foederatam* é adjunto de *civitatem*, que é aposto de *Saguntum* (5).

De certa forma, também o japonês é de posição livre, pelo menos em alguns casos. Os substantivos e adjetivos dessa língua não se declinam em casos como o latim. No entanto, a língua dispõe de partículas que se pospõem aos sintagmas, cliticamente (constituindo um grupo de força com eles). Essas partículas indicam a função sintática dos nomes. Vejamos o exemplo de (27), com as partículas sublinhadas.

(27)

Kodomo ga inu ni niku o yaru
criança AG cachorro BEN carne PAC dar
'A criança dá carne para o cachorro'

Em (27) há um terceiro argumento, ou seja, o beneficiário da ação de dar, que, sintaticamente, seria nosso objeto indireto. No caso, a partícula *ga* que vem depois de *kodomo* (criança) indica que essa palavra é o sujeito da oração. O *ni* depois de *inu* (cachorro) indica que esta última se refere ao beneficiário da ação. Por fim, o *o* que sucede *niku* (carne) mostra que essa palavra tem a função de objeto direto da oração. Por esse motivo, os sintagmas sujeito, objeto direto e indireto podem ocorrer praticamente em qualquer posição, como em (28).

(28)

- (a) Kodomo ga niku o inu ni yaru
- (b) Inu ni niku o kodomo ga yaru
- (c) Niku o kodomo ga inu ni yaru

Trocado em miúdos, nas línguas de posição livre, tem que haver alguma coisa que indique a função sintática, tanto intersintagmas quanto intrassintagmas. Grande parte, se não a maioria, das línguas da Europa (indo-europeias) desenvolveu desinências para essa finalidade. O japonês passou a usar partículas postostas aos nomes.

Vejamus pelo menos uma razão de natureza psicológica para a ausência de flexão/concordância nas línguas de posição fixa, exemplificando com o português. No que tange aos componentes da oração, sabemos que ele é uma língua SVO (sujeito-verbo-objeto). Por esse motivo, os falantes sabem que tudo que vem antes do verbo é sujeito; tudo que vem depois, objeto. A ordem das locuções na oração já indica suas funções sintáticas. Portanto, não haveria necessidade para a existência de concordância. Essa ordem só pode ser alterada em alguns contextos estilísticos, que, por serem “contextos”, permitem recuperar a função de cada constituinte da frase. Por exemplo, em vez de *o menino excluiu a menina da brincadeira*, pode-se dizer, em alguns casos, *a menina, o menino excluiu da brincadeira*. Como se vê, é necessário que se use uma vírgula na escrita, que reproduz uma pausa e uma certa entoação especial que a expressão tem na língua falada a fim de o receptor saber que a palavra inicial é o objeto, não o sujeito.

A conclusão inevitável a que chegamos é que as flexões que indicam concordância SV e NA são redundantes. Isso implica que a concordância como definida acima resulta de um excesso de flexões ou, dito de outro modo, sua existência leva a esse excesso. Isso significa que a concordância implica maior custo no processamento da mensagem. É muito mais fácil para os interlocutores processarem enunciados como os do crioulo apresentados em (8), do que os do português, os do alemão e os do espanhol, entre outras línguas da Europa. A concordância aumenta o número de fenômenos marcados, sendo que a tendência das línguas, e do mundo em geral, é dar preferência a fenômenos não marcados, que representam menor custo. Aliás, isso se justifica pelo conhecido princípio do menor esforço.

É claro que, mesmo nas línguas de posição fixa, há flexões que não são redundantes. É o caso da anáfora. Vejamos o enunciado *ontem chegou o novo embaixador_i de Portugal a Brasília. Assim que chegou, ele_i se dirigiu à embaixada de seu país, cujos membros o_i receberam entusiasticamente*. O índice (i) sinaliza que *novo embaixador*, *ele* e *o* são correferentes. E correferência não deixa de ser um tipo de concordância, no caso, concordância semântica. Esse tipo de concordância é indispensável para a coesão do texto, e para sua inteligibilidade.

O que chamei de razões estruturais talvez seja mais apropriadamente chamado de razões fonético-fonológicas. Os estudiosos da concordância em português já haviam apontado para o fato de que “a variação na concordância verbal tem um componente que parece puramente fonológico: quando o plural *comem* [‘komeyn] se reduz ao singular *come* a única diferença existente pode ser a perda da nasalização da vogal não acentuada final. Tal regra existe atualmente no português do Brasil e opera variavelmente também sobre formas não verbais do tipo *homem, ontem* etc. Por outro lado, quando *comeram* [komerawn] é substituído por *comeu* [ko‘mew] a diferença consiste na substituição de uma desinência *-eram* por outra *-eu* e o fenômeno não mais parece fonológico. Existe evidência empírica que sugere que em etapas anteriores do desenvolvimento da concordância SV o tipo *comem/come*, em que atua a regra fonológica da desnasalização, liderava maciçamente a redução da concordância. Daí conclui-se que a redução morfológica da concordância é um desenvolvimento mais tardio, criado a partir da generalização da redução fonológica. De fato, esta primeira etapa - a desnasalização - existe na fala de Portugal, principalmente na região de Entre-Douro-e-Minho, onde [...] a regra atua tanto em nomes (*virgem* como *birge*) como em verbos (*vertem* como *véрте*)” (Naro & Scherre 1993: 442).

Naro e Scherre perceberam o problema, embora não tenham mostrado todas as suas consequências. Realmente, na terceira pessoa, há uma causa fonético-fonológica para o enfraquecimento da flexão. O que os autores não mostraram é que o fato tem a ver com o peso da última sílaba e o padrão acentual português. Está assente entre os fonólogos que, quando a última sílaba é pesada, o acento deve recair sobre ela, como em *anão, anã, anel* e *pomar*. Se isso não ocorrer, trata-se de uma situação excepcional, marcada, como em *comem, homem, virgem* e *órfão*. Por ser excepcional, a forma deve ser decorada. Isso significa também que sempre que possível há uma tendência a recuperar a situação ideal (paroxítono com última sílaba leve) mediante a desnasalização. São pouquíssimas as palavras da língua que apresentam o padrão paroxítono com última sílaba pesada⁹.

Como faz com grande parte dos fenômenos marcados, que exigem mais esforço de processamento, também aqui a língua frequentemente tem estratégias para transformar o que é marcado em não marcado, no caso, tornando a sílaba leve, para que se tenha o padrão oxítono preferido. No português rural, formas como *virgem, homem, órfão, Cristóvão* e *Estêvão* perdem a nasalidade, com o que se tem *virge, home, órfo, Cristóvo* e *Estêvo*. Aliás, de novo como

9 Os padrões acentuais portugueses foram detalhadamente estudados em Couto (2006, 2008).

lembrado por Naro e Scherre, isso já acontecia no norte Portugal (Silva Neto, 1970: 623-624; Vasconcelos, 1970: 94).

O mesmo acontece com formas como *mataro* (mataram), *vendero* (venderam), *partiro* (partiram) e *pusero* (puseram), que Naro e Scherre não consideraram de causa fonético-fonológica. Na verdade, esses casos são exatamente iguais aos demais recém-discutidos. Como se trata de paroxítonos terminados em ditongo nasal, não estão dentro do padrão acentual preferencial do português, sobretudo no dialeto rural, e até no coloquial. Só a nasalidade já faz a sílaba pesada; sílaba nasal ditongada é susperpesada. Daí, a desnasalização.

Com respeito a outras flexões, como a do -s de plural e de terceira pessoa do singular dos verbos, Naro & Scherre (1993:443) lembraram que “o -s final dificilmente era pronunciado na língua popular de qualquer fase histórica do Latim” (Naro & Scherre 1993: 443). Ele é débil no português em geral. A tal ponto que sua presença em sílaba final não faz com que fique pesada, como o fazem as líquidas, os ditongos e as nasais (ver logo acima). Dito de outro modo, a presença de -s no final das palavras não afeta as regras de acentuação. Qualquer palavra mantém sua tonicidade com ou sem ele, como em *cása/cásas*, *fofóca/fofócas*, *câmara/câmaras*, *homem/homens* e *sótão/sótãos*.

Passemos às razões extralinguísticas para a ausência de flexão/concordância nas línguas que a têm. Pelas razões que acabei de apresentar, a concordância tende a ser um fenômeno da língua estatal, que é monitorada, normatizada. Na linguagem corrente do povo, ela pode existir até certo ponto. No entanto, sempre que a língua se vê em crise, tudo que for muito marcado e exigir alto custo de processamento mental tende a ser substituído por formas menos marcadas. Há diversos casos de crise na língua. Uma delas se dá quando há contatos de povos aloglotas. Como nenhum deles conhece a língua do outro, pegam o mínimo necessário para uma interação comunicativa precária. Isso está muito bem exemplificado nos contatos que levaram à pidginização e/ou à criouliização. Pode ser visto também nos casos de bilinguismo/multilinguismo territorial, nos quais sempre há influência de uma língua sobre a outra. Ocorre também na aprendizagem de L2, sobretudo quando não monitorada, ou seja, quando não é feita na escola. Até na aquisição de L1 há escassez de concordâncias.

O que acontece nas situações de crise, que inclui reviravoltas políticas, é um afrouxamento da pressão normativa, como mostrou (Chaudenson, 1989: 61-77). Mas, há outras situações em que isso pode acontecer. Uma delas é o distanciamento geográfico, o que justifica, pelo menos em parte, a pouca incidência de flexão/concordância nos dialetos rurais. Vimos acima que o português rural é bastante refratário à concordância de número, embora a de gênero se

mantenha na maioria dos casos. Uma terceira é o nível de escolaridade, como já salientaram Naro e Scherre. Como a concordância em português é redundante e exige muito esforço para seu processamento, é só a pressão normativa do português estatal que consegue mantê-la, embora, como esses autores já mostraram, até na escrita ela possa estar ausente.

Em suma, em situações de crise, em que há afrouxamento da pressão normativa, tudo que for dispensável na formulação dos enunciados será dispensado. Como consequência natural do fato de ser redundante nas línguas de ordem fixa, a concordância não contribui em nada para a função referencial ou semântica dos enunciados, como será discutido mais pormenorizadamente na seção seguinte.

9. Concordância e função comunicativa da linguagem

A função primordial e básica da linguagem é a interação comunicativa. Para a Ecolinguística, a língua é a própria comunicação. Tanto que ela é o homólogo das inter-relações da Ecologia. A gramática gerativa, ao contrário, tende a ver nela um fenômeno quase exclusivamente mental, que serve apenas para expressão do pensamento. No entanto, tudo na língua é derivado da função interacional-comunicativa. A expressão do pensamento e outras “funções” são tributárias dessa função fundamental. Dito de outro modo, tudo nela converge para essa função, como Eugenio Coseriu enfatizou em toda a sua obra, e como também discute exaustivamente em Couto (2007a), ao longo de praticamente todo o livro de mais de 400 páginas. A língua existe basicamente para a interação entre os membros da comunidade de que faz parte. O dia em que deixar de fazê-lo, tenderá a desaparecer. É o caso das diversas mudanças de língua (*language shift*) ou de dialeto que se têm registrado ao longo da história. Por razões de invasão e conquista, impõe-se aos conquistados a necessidade de aprender a língua dos conquistadores, fato que aconteceu com diversos povos da África, Ásia e América. Por outro lado, com o processo de urbanização, que se insere no processo maior de globalização, diversas comunidades do interior do país têm sido pressionadas a abrirem mão de seu dialeto local em prol do estatal ou de algum outro mais próximo dele.

Retomemos o que foi dito na seção anterior. Tudo que for redundante se torna dispensável e tudo que é dispensável é dispensado em situações de crise na língua e/ou de afrouxamento da pressão normativa. Reformulando essa tese em termos de interação comunicativa, temos que tudo que tiver pouco ou nenhum valor referencial e, portanto, pouca contribuição para a finalidade última da

linguagem (a interação comunicativa), tende a desaparecer ou ser substituído por algo mais funcional. Retomemos o enunciado do português estatal de (9), reproduzido em (29) para facilidade do leitor.

(29) Todas as meninas pequenas chegaram atrasadas

Como se pode ver, a informação de que se trata de mais de uma menina (pluralidade), representada pelo sublinhado duplo, está presente em absolutamente todas as palavras, inclusive no verbo. Para um enunciado de apenas seis palavras, ela está representada cinco vezes a mais do que é necessário para o entendimento. É um alto custo de processamento para pouca informação. O que é mais, a informação de que se trata de um ser do sexo feminino, fato representado pelo sublinhado simples, está presente em todas as palavras, menos o verbo. De novo, trata-se de muita redundância, excesso de forma para pouco conteúdo que, aliás, é apenas um (feminino).

Para comprovar que essa profusão de desinências de plural e de feminino não é indispensável para a função básica da linguagem (a interação comunicativa), reproduzo o equivalente rural do enunciado (29) em (30), também para facilidade de leitura.

(30) As menina pequena chegô tudo atrasado

Vê-se em (30) que a informação de pluralidade está presente apenas no artigo, se não contarmos o quantificador *tudo*. Essa é a maneira normal de se dizer, no português rural, o que está expresso no português estatal em (29). Como seria de se esperar, não há nenhuma perda de informação. Todo mundo entende tudo quando ouve (30) na zona rural. Aliás, se alguém dissesse nessas circunstâncias algo como (29), seria tido como esnobe, metido a chique, por querer falar como os habitantes da cidade, ou melhor, como os últimos consideram “correto”. Vale dizer, os rurícolas têm alguma noção de enunciados como (29) só pelo pouco contato que esporadicamente têm com os urbícolas ou, então, pelo pouco de escrita a que tiveram acesso.

Uma contraprova que eu tenho apresentado a favor do poder informacional do enunciado (30), ou seja, de seu valor comunicativo tão grande quanto o de (29), cada um no respectiva contexto, é o equivalente dos dois em inglês. Nessa língua, ele seria algo como o que se vê em (31).

(31) All the young little girls arrived late

Essa é a única maneira de se expressar a informação em questão em inglês, se deixarmos de lado algumas possíveis paráfrases. Em todas elas haveria informação de que se trata de um ser do sexo feminino, e de mais de um, apenas no núcleo do sintagma nominal, se de novo deixarmos o quantificador *all* de lado. A única exceção se daria se o fato acontecesse no presente, não no passado. Nesse caso, seria *the little girl arrives late*. Aqui há um resquício de concordância, uma vez que o -s indica terceira pessoa de singular, para combinar com *girl*. No entanto, isso não se dá no pretérito (31).

Retornando a frase (29), é importante frisar que a profusão de flexões, que redundam em profusão de concordância, só se mantém no português estatal devido ao monitoramento, ao treinamento escolar, à fiscalização e ao controle. Tudo isso é efetivado com punições, como reprovação em provas para cargos públicos, em vestibulares etc. Onde nada disso existe, o excesso de concordância tende a inexistir ou a existir em menor proporção. Com efeito, Scherre mostrou que mesmo no registro escrito pode haver ausência de concordância, onde a norma do português estatal exige que ela seja observada. Em (32a-b) reproduzo dois exemplos que ela dá em um texto em coautoria com Naro (Scherre & Naro, 1997: 108-110). Em (32c), reproduzo outro que tirei de um conhecido jornal brasileiro.

(32)

- (a) sairá das AD's caravanas de docentes para participarem deste evento
- (b) a atuação da máfia do contrabando e o crescente interesse de comerciantes em descarregar mercadorias em bancas de camelô está inflacionando o mercado do asfalto
- (c) As inovação são baseadas em cinco ponto principais.

Em (32a) temos uma clara ausência de concordância num caso em que o português estatal exige que ela exista. Vale dizer, o sujeito está no plural (*caravanas*), mas o verbo está no singular (*sairá*). Aqui como em outros casos semelhantes, o fato se deu em parte porque o sujeito está posposto ao verbo. Em (32b), temos um sujeito composto, caso em que se deveria dar preferência ao verbo no plural, embora os normativistas afirmem que em alguns casos como esse o verbo possa também ficar no singular. Mas, note-se, pode, não deve. O fato é que abrindo qualquer jornal ou revista semanal brasileira podemos encontrar casos de ausência de concordância entre verbo e sujeito.

Em (3) podemos constatar que, pelo menos nas variedades mais basiletais do português rural, só há concordância de gênero entre o núcleo do sintagma

nominal e seus adjuntos. Quanto à concordância de número, está inteiramente ausente, uma vez que o plural só está indicado no artigo. Em suma, em termos de eficácia da interação comunicativa, (30) e (31) comunicam tanto quanto (29), em seus respectivos contextos. Assim, quando um falante da zona rural profere (30), seu ouvinte recebe todas as informações relevantes que um falante de português estatal receberia ouvindo (29). O mesmo se pode dizer de (31), que é a única maneira de se transmitir a mensagem em questão na língua inglesa. Como já foi assinalado, a língua existe para a comunicação. Tudo nela contribui mais ou menos para essa finalidade. As concordâncias SV e NA nas línguas de posição fixa são das que menos contribuem, se é que contribuem, uma vez que a própria posição dos constituintes já indica quais são suas funções.

10. Observações finais

As pesquisas sobre a concordância em português já atingiram um alto grau de refinamento, desvelando uma série de conhecimentos úteis sobre a dinâmica da língua no Brasil. No entanto, todos esses estudos têm rechaçado, consciente e deliberadamente, qualquer interpretação “funcionalista”. Pois bem, o que tentei fazer no presente ensaio foi justamente procurar por uma interpretação desse tipo para os excelentes resultados a que chegaram. Melhor dizendo, partindo da função primordial da linguagem, que é a interação comunicativa, procurei encontrar justificativas (razões, causas) para alguns desses fenômenos.

No meu modo de ver, o problema está no modelo teórico que essas pesquisas utilizam, a sociolinguística laboviana, de solidez epistemológica inquestionável. No entanto, esse modelo se atém ao sistema, no sentido de que, mesmo partindo de dados de fala efetivamente proferidos, com diversas variáveis (sociais, etárias etc.) controladas, seu objetivo é sempre o sistema. Quase se poderia dizer que ele seria uma gramática gerativa aplicada aos atos de fala, uma linguística da competência, mas sem fugir do sistema. O que ele procura é variação no interior do sistema, portanto, fica no sistema.

Um outro problema com esse modelo é o fato de, por partir do sistema, considerar os dialetos, as variedades regionais, sociais e outras como aquelas em que falta alguma coisa. Assim, nessas variedades “falta” a concordância de gênero e de número no sintagma nominal, falta a concordância de número entre verbo e sujeito e assim por diante. Ora, tudo aquilo a que falta alguma coisa é “falho”, truncado, portanto, de certo modo não perfeito. Trocado em miúdos, embora nenhum variacionista aceite a ideia, o que está por trás de tudo isso é que o dialeto estatal é de alguma forma melhor do que as variedades regionais,

sociais e outras. Porém, sabemos que o dialeto estatal é uma abstração, forjada a partir da observação dessas variedades que, elas sim, fazem parte dos atos de interação quotidianos das pessoas. Elas é que são concretas. Nesse caso, poderíamos inverter a formulação, e afirmar que é o dialeto estatal que apresenta “excrescências”, traços desnecessários à interação comunicativa, que é a finalidade última da linguagem.

O modelo interacionista da Ecolinguística, por seu turno, enfatiza precisamente o resultado dos atos de interação comunicativa, os enunciados, embora a Sociolinguística Quantitativa também o faça. A diferença está em que a última o faz a partir do sistema, e para justificar o sistema. O interacionismo, na linha de Eugenio Coseriu, se coloca no polo oposto. Para ele, a **língua** só existe no falar, ou melhor, ela é o modo tradicional de falar na comunidade. O sistema é uma abstração feita pelo linguista a partir do que observa nos atos de interação comunicativa. Ele é um construto teórico. Assim sendo, se partirmos dele, considerando a fala mera realização dele, estamos invertendo a ordem natural das coisas. Estamos hipostasiando esse construto.

Com isso não estou diminuindo o valor do sistema. Só estou sugerindo que é melhor partir do falar e, a partir dele, procurar o sistema, do que o inverso, partir do sistema e verificar como ele se realiza, procedimento que, diga-se de passagem, também é válido, só que bastante limitado. O modelo formalista não consegue explicar o porquê da existência dos próprios fenômenos que investiga. Por exemplo, não consegue explicar porque, nas línguas de posição fixa, as flexões/concordâncias deixam de existir em diversos casos em que o sistema as exigiria devido ao fato de que, para a função básica da língua (a interação comunicativa), elas são dispensáveis. É bem verdade que, segundo a teoria matemática da comunicação, sem um mínimo de redundância não haveria comunicação eficaz. No entanto, nos enunciados vistos acima em que deixou de haver concordância, havia muita redundância, inclusive de outra natureza, que seria ocioso enumerar aqui. Enfim, em situações de crise e/ou afrouxamento da pressão normativa, tudo que for dispensável para o entendimento do enunciado será dispensado. A flexão/concordância em número em português é um exemplo de fenômeno dispensável.

Referências

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 4ed. São Paulo: HUCITEC/Instituto Nacional do Livro, 1992.
- AMMON, Ulrich. *Probleme der Soziolinguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1973.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2ed. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- BERNSTEIN, Basil. Social class, language and socialization. In: Giglioli, P. P. (org.). *Language and social context*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972, p. 157-178.
- CHAUDENSON, Robert. *Créoles et enseignement du français*. Paris: L'Harmattan, 1989.
- CHAVES DE MELO, Gadstone. *Iniciação à filologia portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.
- COSERIU, Eugenio. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madri: Editorial Gredos, 1967.
- _____. *Sincronia, diacronia e história - o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/EDUSP, 1979.
- COUTO, Hildo Honório do (1974): *O falar capelinhense - uma visão sociolinguística*. Londrina (PR): UEL.
- _____. (1979): "Os níveis sociolinguísticos". *Semina* 1,3.15-23.
- _____. (1998): "Falar capelinhense: um dialeto conservador do interior de Minas Gerais, em Grosse, Sybille Grosse/Zimmermann, Klaus (orgs.): pp. 371-391.
- _____. (2006): "Prolegômenos ao estudo do acento em português". *Polifonia* 12,2.73-89.
- _____. (2007a): *Ecolinguística - estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora.
- _____. (2007b): "The ecology of spatial relations: The case of Kriol prepositions", em: Schrader-Kniffki, Martina/Morgenthaler García, Laura (orgs.): *La Romania en interacción: entre historia, contacto y política - Ensayos en homenaje a Klaus Zimmermann*. Madri/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, pp. 479-514.
- _____. (2008): "Algumas restrições aos proparoxítonos em português", em: Roncarati, Cláudia/Abraçado, Jussara (orgs.): 2008. *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói, EDUFF/FAPERJ, pp. 118-136.

- _____. Denize E. Garcia. da Silva/Martins, Denise Aragão C. (1990): “Processos de simplificação no português brasileiro e pidginização”: *Estudos lingüísticos (GEL) XIX*, pp. 316-323.
- CUNHA, Celso (1969): *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares.
- ELIA, Sílvio. Unidade e diversidade fonética do português do Brasil. In: *Ensaaios de filologia*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1963, p. 233-301.
- FILL, Alwin. *Ökologie: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.
- GARVIN, P. L. The standard language problem - concepts and methods. In: Hymes, D. (org.). *Language in culture and society*. New York: Harper & Row, 1964, p. 521-526.
- _____; Mathiot, M. Urbanização da língua guarani: um problema em língua e cultura. In: Fonseca, M. S. V.; Neves, M. F. (orgs.). *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 119-130.
- GROSSE, Sybille/ ZIMMERMANN, Klaus (orgs.). “Substandard” e mudança no português do Brasil. Frankfurt/Main: TFM, 1998.
- GUY, G. R. On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese. In: *Estudios sobre el español de América y lingüística afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989, p. 226-244.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*. Berlin: Bonn: Ferd. Dümmlers Verlag, 1836).
- NARO, Anthony. O uso da concordância verbal no português substandard do Brasil: atualidade e origens. In: Grosse; Zimmermann (orgs.): 1998, p. 139-151.
- NARO, A.; Scherre, M. Sobre as origens do português popular do Brasil. In: *DELTA* 9, 1993, p. 437-454 (número especial).
- SCHERRE, Marta. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. 1987. Dissertação (Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- _____. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. Tese (Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- _____. Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: Oliveira e Silva, G. M.; Scherre, M. (orgs.). *Parâmetros sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 85-117.
- _____. Variação da concordância nominal no português do Brasil: influência das variáveis posição, classe gramatical e marcas precedentes. In: Grosse; Zimmermann (orgs.), 1998, p. 153-188.

- SCHERRE, M.; NARO, A. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: Hora, D. (org.): *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia Editora, 1997.
- SCHLEICHER, August. *Zur vergleichenden Sprachgeschichte*. Bonn: H. B. König, 1848.
- SILVA NETO, Serafim. *História da língua portuguesa*. 2ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.
- VASCONCELOS, José Leite. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Lisboa: Centros de Estudos Filológicos, 1970.

Recebido em 4 de maio de 2014.

Aceito em 30 de maio de 2014.